



***AÇÕES E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENFRENTAMENTO À
VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS:
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA***

***ACCIONES Y POLÍTICAS INSTITUCIONALES DE ENFRENTAMIENTO
A LA VIOLENCIA DE GÉNERO EN LAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS
BRASILEÑAS: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA DE LA LITERATURA***

***ACTIONS AND INSTITUTIONAL POLICIES OF COMBATING GENDER-
BASED VIOLENCE IN BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITIES: A SYSTEMATIC
LITERATURE REVIEW***

Giordana Rodrigues Chaves¹

Yáscara Michele Neves Koga²

Evandro Ricardo Guindani³

RESUMO

Este artigo trata-se de uma revisão sistemática da literatura acerca das ações e políticas institucionais de enfrentamento à violência de gênero nas universidades públicas brasileiras. A questão de pesquisa é: “O que se tem publicado em artigos científicos nos últimos cinco anos acerca das políticas e ações institucionais de enfrentamento à violência de gênero nas universidades públicas brasileiras?”. As buscas foram realizadas nas seguintes bases de dados: Scielo, OasisBR e Web of Science. As strings foram organizadas em torno dos conceitos “violência de gênero” e “universidade pública”. Os resultados apontam a carência na produção científica acerca da temática, a importância da execução de ações de enfrentamento à violência de gênero pelas universidades públicas e a necessidade de criação de políticas institucionais que ampliem o debate sobre as questões de gênero e que garantam os direitos a acesso, permanência e qualidade de vida de mulheres e população LGBTQIAPN+ nestas instituições.

¹ Especialista em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar pela Universidade Federal do Pampa - Unipampa. Unipampa, Bagé, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Unipampa, Bagé, Rio Grande do Sul, Brasil.

³ Doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP. Unipampa, Bagé, Rio Grande do Sul, Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Violência de gênero. Enfrentamento. Universidade pública.

RESUMEN

Este artículo trata de una revisión sistemática de la literatura acerca de acciones y políticas institucionales de enfrentamiento a la violencia de género en las universidades públicas brasileñas. La cuestión de investigación es: “¿Qué se ha publicado en artículos científicos en los últimos cinco años acerca de las políticas y acciones institucionales de enfrentamiento a la violencia de género en las universidades públicas brasileñas?” Las búsquedas se fueron realizadas en las siguientes bases de datos: SciELO, OasisBR y Web of Science. Las strings se organizaron en torno a los conceptos de “violencia de género” y “universidad pública”. Los resultados indican una carencia en la producción científica acerca de la temática, la importancia de la implementación de acciones de enfrentamiento a la violencia de género por parte de las universidades públicas y la necesidad de creación de políticas institucionales que amplíen el debate sobre las cuestiones de género y que garanticen los derechos al acceso, permanencia y calidad de vida de mujeres y población LGBTQIAPN+ en estas instituciones.

PALABRAS-CLAVE: Género. Violencia de género. Enfrentamiento. Universidad pública.

ABSTRACT

This article is a systematic literature review focused on actions and institutional policies aimed at combating gender-based violence in Brazilian public universities. The research question addressed is “What has been published in scientific articles within the last five years regarding policies and institutional actions for addressing gender-based violence in Brazilian public universities?”. Searches were conducted in the following citation indexes: SciELO, OasisBR and Web of Science. The search strings focused on the concepts of “gender-based violence” and “public universities”. The results highlight a scarcity of scientific literature on this topic, the critical need for public universities to take action against gender-based violence, and the importance of creating institutional policies that expand the dialogue around gender issues, as well as to guarantee the right to access, permanence and quality of life of women and LGBTQIAPK in these institutions.

KEYWORDS: Gender. Gender-based violence. Combating gender-based violence. Public university.

Introdução

A violência de gênero afeta a dignidade humana, a saúde mental e a qualidade de vida das suas vítimas diretas, e, também, grupos, instituições e a sociedade como um todo. Ela está presente nas mais variadas esferas da vida pública e privada dos indivíduos, tal como na escola, no trabalho, na família, no transporte público e na rua. Assim, a universidade não está imune a esta problemática e, também, é um espaço que reproduz

este tipo de violência. É preciso, assim como em outras instituições, que a academia reflita sobre esses padrões opressivos e violentos e busque criar políticas e ações para o seu enfrentamento.

Ainda hoje não há um consenso internacional sobre a definição de violência de gênero, provavelmente em razão do histórico uso da palavra gênero como sinônimo de sexo biológico. Sendo assim, muitas vezes o termo é utilizado como sinônimo de violência contra a mulher. Este entendimento também se baseia no fato de que a própria Organização das Nações Unidas (ONU), em muitos pronunciamentos estende a definição de violência contra a mulher para sua utilização mais ampla sobre as questões de gênero. Para essa ampliação de entendimento é utilizado o artigo 1º da Resolução 48/104, de 20 de dezembro de 1993, a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, da ONU define:

a expressão ‘violência contra as mulheres’ significa qualquer ato de violência baseado no gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada (ONU, 1993, Art. 1º).

Sendo assim, pode-se definir a violência de gênero como qualquer ato, que por ação ou omissão, baseado no gênero ou sexualidade, cause algum tipo de sofrimento ou prejuízo à vítima. Tal violência pode se manifestar de diversas formas, tais como: física, psicológica, sexual, moral, patrimonial, simbólica, institucional, entre outros tipos. São vítimas as mulheres, população LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros, queer, intersexo, assexuais, pansexuais, não-binários, o "+" representa outras identidades não especificadas) e demais minorias sexuais e de gênero (Mariane Pisani *et al.*, 2023).

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, realizada em 2018 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), levantou dados sobre situações que impactam no desempenho acadêmico: 0,7% referentes à situação de violência sexual, 0,8% referentes à situação de violência física, 3,7% referentes à situação de violência psicológica ou assédio moral e 4,6% referentes a discriminações e preconceitos. Assim, tem-se quase 10% dos estudantes relatando dificuldades acadêmicas em decorrência de terem sofrido algum tipo de violência. Além destes, há outras situações que também poderiam envolver a temática do gênero, tais como: conflito de valores ou religiosos,

relação professor(a) - estudante, relacionamento social ou interpessoal, problemas emocionais, entre outros. Não há cruzamento destes dados com o perfil dos estudantes que teriam relatado as violências como ocorre no levantamento sobre assédio, onde 16,8% dos graduandos afirmaram ter sofrido assédio moral, sendo que destes, 62,8% são do sexo feminino e 36,6% do sexo masculino. Além disso, o relatório demonstra que as violações são mais frequentes quando gênero e sexualidade declarados se afastam do padrão dominante cis-heteronormativo, tendo as maiores taxas entre pessoas não-binárias (26,8%) e pansexuais (30,2%) (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, 2019).

Os diálogos sobre identidade de gênero e sexualidade vêm se aplicando desde a década de 1960, especialmente devido aos esforços dos movimentos feministas e das minorias sexuais, tais como movimentos de gays e de lésbicas (Guacira Louro, 2022). Segundo Michel Foucault (2018), a cultura ocidental, européia e cristã criou saberes sobre o sexo como nenhuma outra, o fez, anexando racionalidade à temática. No século XIX, se estabeleceu uma necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos, como por exemplo o médico, o psiquiátrico e o jurídico, diferentemente do que era pregado pela religião até aquele momento, que tinha a proibição como única opção possível. A sexualidade começou a ser verificada, metrificada, analisada e classificada a partir de conceitos de certo ou errado, normal ou patológico, lícito ou ilícito, excluindo e buscando aniquilar tudo que estivesse fora do padrão hegemônico.

O gênero não é uma categoria fixa e isolada, é fluida e correlacionada a outras tantas, as principais intersecções compreendem raça, etnia, classe e sexualidade. Lembrando que todas estas relações devem ser analisadas dentro de um contexto histórico e regional (Judith Butler, 2018).

Das diversas formas de ser e estar no mundo, as que se tornaram hegemônicas e dominantes foram tomadas como “normais” e “naturais”, como o caso do homem branco, cisgênero, heterossexual, de classe média e cristão em nossa sociedade, induzindo a pensar que todas as outras formas são “erradas” ou “patológicas”. Os grupos hegemônicos podem falar sobre si e representar a si mesmos, mas, também, ditam sobre os grupos considerados divergentes, que são silenciados e marginalizados. Sendo assim, essas representações são políticas, permeadas pelas relações de poder. Nas últimas décadas, tem-se visto que os grupos oprimidos, considerados divergentes, têm tentado entrar nesse jogo de relações de poder através da contestação da dita “normalidade” dos padrões do grupo hegemônico (Louro, 2022).

A cultura hegemônica, que reafirma o modelo binário como único possível, não entende a existência de outras identidades, inviabiliza as outras expressões, gêneros e sexualidades que não sejam definidas pelo sexo biológico e heterossexualidade (Butler, 2018). Este silenciamento e invisibilização se dão de inúmeras formas e ocorrem no cotidiano das pessoas tidas como dissidentes, são violências diretas e concretas, mas, também, indiretas e veladas, que muitas vezes são tidas como normais e naturais pela cultura dominante.

A educação não fica de fora deste processo, desde os anos iniciais da escolarização até o ensino superior e pós-graduação, há um processo de pedagogia e de sugestão sobre os corpos. As ações pedagógicas visavam tornar as pessoas civilizadas. A escola tem estratégias para adestrar os estudantes, que devem apresentar os comportamentos esperados, além disso, ainda há muitas influências das raízes religiosas e doutrinadoras. O aprendizado não se resume apenas aos conteúdos ensinados em sala de aula, mas é muito maior e deixa marcas no corpo, na personalidade e na identidade dos que a frequentam (Louro, 2022). Portanto, é importante que as instituições educacionais, incluindo as universidades, ampliem o diálogo sobre estas questões e invistam na criação de políticas de enfrentamento à violência de gênero, de forma a tornar estes ambientes mais seguros, dignos, inclusivos, diversos e saudáveis para toda a comunidade acadêmica, incluindo as mulheres e pessoas LGBTQIAPN+.

Procedimentos Metodológicos

Esta revisão sistemática da literatura foi estruturada com base nas seguintes etapas:

- “1. delimitação da questão a ser pesquisada;
 2. escolha das fontes de dados;
 3. eleição das palavras-chave para a busca;
 4. busca e armazenamento dos resultados;
 5. seleção de artigos pelo resumo, de acordo com critérios de inclusão e exclusão;
 6. extração dos dados dos artigos selecionados;
 7. avaliação dos artigos;
 8. síntese e interpretação dos dados
- (Angelo Costa e Ana Paula Zoltwoski, 2014, p. 56)”.

A questão da pesquisa de revisão sistemática da literatura: O que se tem publicado em artigos científicos nos últimos cinco anos acerca das políticas e ações institucionais de enfrentamento à violência de gênero nas universidades públicas brasileiras? As buscas nos bancos de dados foram realizadas no dia 29 de maio de 2024. Foram utilizadas as seguintes bases de dados: SciELO, OasisBR e Web of Science. A escolha destas bases se deu pela sua qualidade, relevância e abrangência em nível nacional, continental e mundial. Inicialmente, o planejado para esta investigação havia sido o uso da SciELO e da Web of Science, que foram as primeiras a serem consultadas, porém, devido ao número baixo de respostas, optou-se por utilizar, também, a OasisBR, que é uma base que concentra um grande número de trabalhos a nível nacional.

As palavras-chave pesquisadas foram: “violência de gênero”, “universidade pública” e “universidades públicas”, também em inglês “gender-based violence”, “public university” e “public universities”, com o uso dos operadores booleanos: “AND”, “()” e “OR”, sendo “AND” e “()” utilizados para as palavras-chave e “OR” para as datas de publicação. As strings de busca foram: (“violência de gênero” AND “universidade pública”), (“violência de gênero” AND “universidades públicas”), (“gender-based violence” AND “public university”) e (“gender-based violence” AND “public universities”). Além disso, foram usados os seguintes filtros para refinar a busca: como gênero textual apenas artigos, localização no Brasil e limite temporal de 2019 a 2024.

Resultados

Diante da busca descrita, foram encontrados os seguintes resultados:

TABELA 1: Resultados das pesquisas nas bases de dados

String de busca	SciELO	OasisBR	Web of Science	Total
(“violência de gênero”) AND (“universidade pública”)	7	635	-	642
(“violência de gênero”) AND (“universidades públicas”)	1	635	-	636
(“gender-based violence”) AND (“public university”)	10	11	39	60
(“gender-based violence”) AND (“public universities”)	1	2	5	8
Total	19	1283	44	1346

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES, 2024

Como visto na tabela, inicialmente foram localizados 1346 artigos nas três bases de dados consultadas. Então, seguiu-se o processo inicial de seleção e exclusão através da leitura dos títulos e resumos dos artigos. A tabela abaixo apresenta os dados sobre a primeira fase de análise através dos critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão utilizados foram: deve abordar políticas e ações de enfrentamento à violência de gênero em universidades públicas brasileiras, artigos com dados primários, publicados entre 2019 e 2024. Os critérios de exclusão foram: não abordar o tema violência de gênero na universidade, focar apenas no relato/identificação/levantamento de casos de violência na universidade; outros focos que não sejam sobre políticas e ações institucionais de enfrentamento à violência de gênero na universidade pública brasileira; relatar sobre políticas e ações em outras instituições de ensino que não sejam universidades públicas; tratar de outros países que não o Brasil; outros gêneros textuais que não artigos; e publicações anteriores a 2019.

TABELA 2: Resultados da primeira fase de análise inclusão e exclusão

Critério de exclusão	Número de artigos excluídos
Duplicatas	680
Não abordam o tema da violência de gênero na universidade	527
Dados secundários (revisões de literatura)	38
Relatos sobre outros países	36
Outros gêneros textuais	17
Foco apenas no relato de casos de violência na universidade	27
Total de artigos excluídos na primeira análise	1325
Artigos não excluídos que serão analisados na segunda fase de leitura	21

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES, 2024

Como demonstrado na Tabela 2, na primeira fase de análise dos artigos localizados nas bases de dados, através da leitura dos títulos e resumos, ocorreu um grande número de exclusões de acordo com os critérios pré-estabelecidos: 680 artigos duplicados; outra grande parcela dos artigos, 527, não abordavam a temática da violência de gênero na universidade pública; 38 eram artigos de revisão da literatura, portanto não se tratando de dados primários; 36 abordavam ações e contextos de outros países que não o Brasil; 17

se tratavam de outros gêneros textuais, como reviews e editoriais; e 27 dos artigos tinham como foco o relato/identificação/levantamento de casos de violência de gênero na universidade. Com isso, neste ponto, restaram apenas 21 artigos para serem analisados mais detalhadamente e avaliar se atendiam aos critérios de inclusão ou se enquadram em algum dos critérios de exclusão.

De acordo com dados preliminares levantados até então, já se tem um ponto de análise bastante relevante. Com a pesquisa em três bases de dados renomadas e abrangentes, com a utilização de strings amplas e não restritivas sobre a violência de gênero na universidade pública, foram localizados apenas 48 artigos falando sobre a temática, sendo a maioria deles, 27, abordando o relato/identificação/levantamento de casos de violência de gênero na universidade e apenas 21 falando, de alguma forma, sobre políticas e ações realizadas pelas universidades brasileiras para o enfrentamento desta problemática. Com isso, já se verifica que esta ainda é uma temática pouco trabalhada pelo meio científico brasileiro, reforçando a necessidade de realização de mais estudos na área.

Na segunda fase da análise foi realizada a releitura dos resumos e a leitura das metodologias e dos resultados/conclusões dos artigos, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão já mencionados:

TABELA 3: Resultados da segunda fase de análise

Critério de exclusão	Número de artigos excluídos
Outros gêneros textuais (resumos expandidos)	5
Publicações anteriores a 2019	2
Outros focos que não o enfrentamento à violência de gênero nas universidades públicas brasileiras	3
Outras instituições de ensino que não sejam universidades públicas	3
Total de artigos excluídos na segunda fase de análise	13
Artigos que se enquadram em todos os critérios de inclusão	8

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES, 2024

Como demonstrado na Tabela 3, foram selecionados 8 artigos para esta revisão sistemática da literatura. Na segunda fase de análise, foram removidos 13 artigos, de acordo com os seguintes critérios de exclusão: 5 tratavam-se de outros gêneros textuais, resumos expandidos apresentados em eventos; 2 foram publicados anteriormente ao período estabelecido por esta revisão, em 2018; 3 tinham outros focos que não o enfrentamento à violência de gênero nas universidades públicas brasileiras, tal como a análise de produções científicas, por exemplo; e 3 relatavam experiências em outras instituições de ensino que não universidades públicas, tais como universidades privadas, institutos e faculdades comunitárias.

Assim, chega-se ao total de 8 artigos que serão analisados nesta revisão sistemática de literatura, conforme demonstrado abaixo:

TABELA 4: Artigos selecionados para esta revisão sistemática da literatura

	Título	Ano	Autor(es/as)
1	“Clube das Manas Tefé”: uma experiência de educação feminista na pandemia	2022	Rita de Cássia Fraga Machado; Hemily Pastanas Marinho
2	As Diversas Faces da Violência no Namoro: um relato da experiência de discentes de enfermagem com adolescentes escolares	2021	Carlos Eduardo Benevides Passos; Efraim Ricardo Souza Santos Filho; Gilvan Rodrigues da Cruz Junior; Mariana Brandt Fernandes Santos; Patrick Leão Carvalho de Sousa; Thainá da Costa Santos Gonçalves; Rosana Alves de Melo
3	Cinema e Direitos Humanos (das Mulheres): sentir e pensar potencializados	2021	Gabriela Perissinotto de Almeida; Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer; Carmem Lúcia Rodrigues
4	Eu Não Vou Me Calar: suspensão de cotas para pessoas trans no ensino superior e o silenciamento das discussões sobre gênero	2023	Thiago Luiz Sartori; Bruno Gomes Pereira
5	Gênero e Diversidade Sexual na Educação Ambiental: (re)visitando experiências de um PIBID interdisciplinar de educação ambiental	2020	Milena Aires de Avila; Raphael Alves Feitosa; Felipe Ramon Santos
6	Gênero e Sexualidades no Contexto da Universidade Pública: estudo de caso do Projeto Vidas - UFOP	2021	Felipe Viero K. Machado Mendonça; Margareth Diniz; Marta Regina Maia
7	Projetos Pedagógicos de Curso em Análise: gênero e sexualidade na formação docente	2023	Eduardo Barbosa De Menezes Guimarães; Iolete Ribeiro Da Silva; Isabel Cristina Fernandes Ferreira; Angelo Cabral Esperança
8	Trabalhando as Relações de Gênero e as Histórias das Mulheres nas Práticas Docentes	2020	Janine Corrêa Gomes; Graziela Rinaldi da Rosa

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES, 2024

Totalizam 25 autores, não havendo mais de uma publicação do mesmo autor. Os estudos selecionados foram publicados entre 2020 e 2023, em 7 revistas, com classificação Qualis de A1 a B1, sendo a maioria, 4 deles, com classificação A4, conforme demonstrado na Tabela 4. A Revista Diversidade e Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciência e do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, é a única que contém mais de um artigo selecionado.

TABELA 5: Revistas onde os artigos foram publicados

Nome do Periódico	Qualis	Quantidade de artigos selecionados
Revista Direito e Práxis	A1	1
Educação em Revista (UFMG - Online)	A1	1
Revista Internacional de Educação Superior	A3	1
Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero	A4	1
Revista Diversidade e Educação	A4	2
Revista Brasileira de Educação do Campo	A4	1
REVASF - Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco	B1	1

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES, 2024

Totalizam-se 32 palavras-chave, com destaque para “educação”, “gênero” e “formação docente”, citadas duas vezes cada. Alguns outros termos, como “direitos humanos” e “extensão”, também se repetem, mas não ganham evidência por terem sido distribuídos de formas distintas entre os artigos. Cabe ressaltar que, apesar de a busca ter sido realizada por “violência de gênero” e “universidade pública”, o primeiro termo não é citado nas palavras-chave.

IMAGEM 1: Nuvem com as palavras-chave dos artigos



Fonte: Autora, 2024

Nos resumos, as palavras mulheres, violência e gênero ganham grande destaque. Seguidas por educação, política, universidade, sexualidade, diversidade, trans, direito e preconceito. Já os termos dissidentes, resistência, equidade e discriminação aparecem em menor desatque, sendo citados apenas uma vez cada. Apesar mais referenciado nesta seção, a palavra violência de gênero aparece apenas quatro vezes.

IMAGEM 2: Nuvem de palavras com os termos mais presentes nos resumos dos artigos



Fonte: Autora, 2024

Todos os trabalhos analisados têm a educação como eixo principal, mas foram realizados a partir de diversas áreas diferentes, tais como: pedagogia, enfermagem, cinema, direito, educação ambiental, educação do campo, estudos linguísticos, entre outras. A maioria deles menciona o cunho interdisciplinar no desenvolvimento das análises, em especial com relação aos que se dedicam ao relato de experiências de projetos desenvolvidos.

Ao todo, foram encontradas 206 referências bibliográficas. Verificou-se que apenas 11 delas apareceram em mais do que um artigo e que nenhuma foi citada em mais do que 2 artigos diferentes, o que pode indicar a variedade nas vertentes e campos de estudo dentro da temática. As autoras com maior número de citações são Judith Butler e Guacira Lopes Louro. Cabe salientar, que 9 dos 11 autores mais citados são brasileiros, o que demonstra a força da produção científica nacional. Além disso, as leis, orientações e demais documentos do Governo Federal, em especial do Ministério da Educação, foram importantes para o embasamento dos artigos, sendo citados 23 vezes, em 3 artigos diferentes.

TABELA 6: Autores mais citados nos artigos

Autor(a)	Nº de citações nos textos
BUTLER, Judith P.	10
LOURO, Guacira L.	9
MISKOLCI, Richard	6
FOUCAULT, Michel	5
GRAUPE, Mareli E.; LOCKS, Geraldo A.	4
SEVERINO, Antônio J.	4
FREIRE, Paulo R. N.	3
JUNQUEIRA, Rogério D.	3
MINAYO, Maria Cecília S.	3
SAFFIOTI, Heleith I. B.	2
TORRES, Marco A.	2

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES, 2024

Quanto à metodologia, muitos dos artigos não especificam detalhadamente os métodos usados, sendo assim, os dados que se conseguiu levantar foram os que se seguem. A abordagem qualitativa é utilizada por todos os 8 estudos, apesar de não ser citada explicitamente em todos eles. Caracterizam-se como documentais 2 das pesquisas.

Totalizam-se 6 relatos de experiência, 4 sobre projetos de extensão, 1 sobre um projeto PIBID - Programa Institucional de Iniciação à Docência - e 1 traz o relato da prática docente em ações de ensino, pesquisa e extensão. E os encontros coletivos, tais como rodas de conversa, clube do livro, cine-debate, dinâmicas de grupo, entre outros, foram as principais estratégias de coleta de dados, tendo sido utilizados por 6 dos estudos. Destes, as atividades foram desenvolvidas com estudantes do ensino superior em 4 casos, com estudantes do ensino médio em 3, com estudantes do ensino técnico em 1 e com a comunidade em geral em 2 casos.

As universidades foco das discussões dos artigos foram as seguintes: UEA - Universidade do Estado do Amazonas, UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco, UNIFAL - Universidade Federal de Alfenas, FURG - Universidade Federal de Rio Grande, UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto e UFAM - Universidade Federal do Amazonas. Além disso, dois trabalhos não identificam a instituição pesquisada, informando que se trata de uma universidade pública do nordeste e uma universidade pública do sul do país. Assim, tem-se 2 estudos da região norte, 2 da região nordeste, 2 da região sudeste e 2 da região sul, com a ausência apenas de estudos da região centro-oeste do Brasil.

Quanto às conclusões e contribuições dos seis artigos de relatos de experiência, têm-se resultados bastante semelhantes, todos eles concluem que as ações foram extremamente válidas e que proporcionaram reflexão e conscientização sobre as problemáticas de gênero. Algumas das contribuições mais citadas são: relembram o papel que a universidade pode desempenhar na transformação da sociedade e no enfrentamento de problemáticas como esta; afirmam que tais ações contribuem para propagar o conhecimento, a combater a desinformação e o preconceito, criando uma sociedade mais propensa a desenvolver relações de gênero mais saudáveis; reconhecem a necessidade de se investir mais na formação de profissionais, em especial de professores, mais qualificados para abordar e manejar as questões de gênero que se apresentam na sociedade; relatam que as vivências foram positivas, enriquecedoras e transformadoras para as pessoas que participaram; e evidenciam a importância destas práticas para a formação profissional e humana das pessoas envolvidas na equipe executora.

Quanto às conclusões e contribuições das pesquisas documentais tem-se: percebeu-se a continuidade da exclusão histórica e do silenciamento de pessoas trans no ensino superior; as dificuldades de acesso e permanência de pessoas trans na universidade pública; verificou-se a presença de discursos contraditórios no que tange a formação

inicial de professores, já que há a presença da ideia de construção de cidadania e promoção de direitos nos currículos, mas que ainda é ínfima a formação sobre questões de gênero e sexualidade; constatou-se que o diálogo sobre estas questões aparece mais nos cursos das áreas ciências humanas e educação; e reafirmou-se a necessidade da ampliação dos debates sobre a temática na universidade, em especial na formação de professores.

Discussão

Esta revisão sistemática se propôs a levantar a produção textual acerca das políticas e ações institucionais de enfrentamento à violência de gênero nas universidades públicas brasileiras. Como políticas institucionais, buscavam-se informações sobre normativas, resoluções, portarias, planos, programas, entre outros instrumentos de caráter permanente e transversal aos diversos setores da universidade. Já quanto ações institucionais, procurou-se dados relacionados a atividades de ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil e demais setores, tais como projetos, palestras, minicursos, oficinas, workshops, entre outros, de caráter mais pontual e finito.

Observou-se que a maioria dos artigos analisados tratam sobre ações pontuais, tais como projetos de extensão, sendo que apenas 2 deles versam sobre políticas institucionais já estabelecidas. Isso reforça ainda mais a ideia de que é premente que se concentrem esforços para a criação e implementação de políticas integradas e permanentes nas universidades com o objetivo de combater a violência de gênero nestes ambientes, visto que ações pontuais contribuem, mas não são suficientes para combater um fenômeno tão complexo como este.

Os dois trabalhos que se referem a políticas institucionais são “Eu Não Vou Me Calar: suspensão de cotas para pessoas trans no ensino superior e o silenciamento das discussões sobre gênero” de Sartori e Pereira (2023) e “Gênero e Sexualidades no Contexto da Universidade Pública: estudo de caso do Projeto Vidas - UFOP” Mendonça, Diniz e Maia (2021). Porém, o primeiro debate justamente a supressão de uma política que visava a diversidade de gênero no meio acadêmico. Já o segundo faz um relato de experiência de uma ação extensionista, mas cita, também, a criação de uma política de inclusão e diversidade na universidade em questão.

Thiago Sartori e Bruno Pereira (2023) analisaram um processo judicial público que trata sobre a suspensão de um sistema de cotas para o ingresso de pessoas trans e travestis

criado em uma universidade pública do sul do país. Os autores abordam o silenciamento das pessoas trans no ensino superior, assim como a dificuldade ou impossibilidade para a garantia de direitos desta população, em especial no que tange ao acesso e a permanência na universidade. Já Felipe Mendonça, Margareth Diniz e Marta Regina Maia (2021) falam acerca da Política de Inclusão e Diversidade da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, instituída em 2019, que trata de vários temas, entre eles os relacionados à gênero e sexualidade, e, também, sobre raça, etnia, pessoas com deficiência entre outras diversidades. Afirmam que tal política foi fruto de anos de engajamento de servidores e discentes em torno da temática com a realização de diversas ações que culminaram com a criação da referida política.

Sendo assim, de toda esta revisão sistemática de literatura, realizada em bases sólidas e reconhecidas no país, apresenta-se apenas a citação de uma política institucional de enfrentamento à violência de gênero em uma universidade pública brasileira. O que retrata a escassez de produções acadêmicas acerca da temática, enfatizando a urgente necessidade de mais pesquisas e publicações na área. Além disso, este é um dado que pode refletir a pouca quantidade de políticas já instituídas visando tratar as questões de gênero no ensino superior. É possível que as instituições estejam implementando as mesmas e que não existam publicações sobre, mas certamente é preciso maior investigação, debate e publicização científicos acerca deste processo.

A maioria dos artigos analisados, seis deles, contém relatos de experiência de ações pontuais, tais como projetos de extensão e outras atividades características do ensino superior. Dentre estes, quatro são relatos de projetos de extensão: “Clube das Manas Tefé”: uma experiência de educação feminista na pandemia” de Machado e Marinho (2022); “As Diversas Faces da Violência no Namoro: um relato da experiência de discentes de enfermagem com adolescentes escolares” de Passos et al. (2021); “Cinema e Direitos Humanos (das Mulheres): sentir e pensar potencializados” de Almeida, Schritzmeyer e Rodrigues (2021); e “Gênero e Sexualidades no Contexto da Universidade Pública: estudo de caso do Projeto Vidas - UFOP” de Mendonça, Diniz e Maia (2021). Um deles trata-se de um relato de experiência sobre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, intitulado “Gênero e Diversidade Sexual na Educação Ambiental: (re)visitando experiências de um PIBID interdisciplinar de educação ambiental” de Ávila, Feitosa e Santos (2020). E outro trata-se de um relato de experiência da prática docente em atividades de ensino, pesquisa e extensão, chamado de

“Trabalhando as Relações de Gênero e as Histórias das Mulheres nas Práticas Docentes”, de Gomes e Rosa (2020).

Rita de Cássia Machado e Hemily Marinho (2023) apresentam um relato de experiência sobre o Projeto de Extensão Clube das Manas Tefé, realizado pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA, buscando contribuir para promoção de direitos e combate à violência contra às mulheres cis e transgênero. O clube de leitura se reúne mensalmente para dialogar e refletir sobre obras feministas escritas por latino-americanas, norte-americanas e africanas. No ano de 2021, ocorreu de forma online em razão da pandemia da COVID-19 e teve a participação de 22 pessoas, de 18 a 48 anos de idade, entre elas acadêmicas de diversos cursos da instituição e professoras da educação básica do município de Tefé/AM. Ao longo do ano o clube debateu as seguintes obras: “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina”, de Sueli Carneiro, favorecendo o diálogo sobre as interconexões entre racismo e machismo e em como estes padrões afetam as vidas das mulheres; “Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina”, de Yuderkys Espinosa Miñoso, que gerou muitas percepções e reflexões sobre os comportamentos colonizados que ainda se vê na sociedade atual; “Hibisco Roxo”, de Chimamanda Ngozi Adichie, que apresenta as influências das interconexões entre o colonialismo e a religiosidade extrema; “Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil”, de Jane Felipe de Souza, ampliando o debate sobre a pedagogia forma de promover mudança cultural, pensando especialmente acerca das relações entre pedagogia, gênero e sexualidade na educação infantil; e “O Mito da Beleza”, de Naomi Wolf, que rendeu intensos debates durante dois encontros sobre como o culto à beleza serve como uma maneira de controlar socialmente as mulheres.

Outro trabalho que aborda o empoderamento feminino e o combate à violência contra mulher foi escrito por Gabriela Almeida, Ana Lúcia Schritzmeyer e Carmem Lúcia Rodrigues (2021) fazem seu relato de experiência sobre o projeto de extensão “Ciclo de Estudos e Cine-debates”, que objetivou demonstrar que o cinema pode atuar como recurso pedagógico importante para a ampliação do conhecimento sobre direitos humanos. Tal projeto foi executado através da parceria entre o Coletivo Direitos Humanos, Cinema e Afetos - DiHCA, da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL, e do Núcleo de Antropologia do Direito - NADIR, da Universidade de São Paulo - USP. Os quatro cine-debates ocorreram entre setembro e dezembro de 2020. Os documentários assistidos

foram: “Encarceradas(os)” de Ava DuVernay, que gerou debates em torno do esteriótipo de “homem negro” e sobre o quanto que ele é discriminatório; “A negação do Brasil” de Joel Zito Araújo, fala sobre os papéis esteriotipados e desprestigiados dados a pessoas negras nas telenovelas brasileiras, seguindo os diálogos sobre racismo; “Silêncio das Inocentes” de Ique Gazzola, falando sobre violência contra mulher e a Lei Maria da Penha; e “ Fios da Vida” de Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, que retrata a realidade vivida por pessoas em abrigos públicos de São Paulo e que gerou muitas discussões em torno da temática dos direitos humanos. As autoras dão ênfase para o terceiro encontro, com o documentário “Silêncio das Inocentes” que debate pormenorizadamente a violência de gênero, buscando fomentar o uso pedagógico desta obra que aborda a Lei Maria da Penha e traz os depoimentos de vítimas e especialistas acerca da violência doméstica e familiar contra mulheres no Brasil.

Tal temática também foi trabalhada sob um outro ponto de vista, o da violência nos relacionamentos entre adolescentes e jovens, de Carlos Passos, Efraim Filho, Gilvan Junior, Mariana Santos, Patrick Sousa, Thainá Gonçalves e Rosana Melo (2021). Os autores e autoras descrevem as experiências de um projeto de extensão, realizado por estudantes de enfermagem sobre a violência no namoro, assim como suas formas de prevenção e enfrentamento, fatores de risco, consequências, formas de denúncia, entre outras informações. Narram as 7 atividades presenciais executadas, entre elas oficinas, dinâmicas de grupo e atividades teatrais, realizadas pelos extensionistas com 258 estudantes, de 14 aos 19 anos, do ensino médio de escolas públicas estaduais do município de Petrolina/PE, no ano de 2019. Tendo contado com grande participação e interação entre os adolescentes, havendo diversos relatos de situações e comportamentos que se enquadram como violência de gênero e nas relações, sendo que muitas vezes não percebido como tal pelos mesmos, salientando a importância de debater o tema desde cedo, já que ela promove o empoderamento e pode prevenir situações abusivas e/ou minimizar suas consequências.

Dos quatro trabalhos sobre extensão aqui analisados, um deles dá maior ênfase ao conceito ampliado de gênero, lutando também pelos direitos da população LGBTQIAPN+. Artigo escrito por Mendonça, Diniz e Maia (2021), que também relatam a experiência de projeto de extensão, intitulado “Vidas: Gênero, Diversidade e Sexualidades”, que busca dar visibilidade à diversidade sexual e de gênero na comunidade acadêmica interna e externa da UFOP. Os autores discutem o papel da universidade no debate das questões de gênero, sexualidade e diversidade. O projeto realizou oito rodas

de conversa, entre junho de 2018 e agosto de 2019. Os temas abordados foram: a luta de pessoas travestis e transgêneras por dignidade e para superar o conservadorismo, o movimento LGBT no Brasil, desigualdade de gênero e a opressão às sexualidades, perspectivas pós eleições para pessoas LGBTQIA+, violência contra mulheres, violência contra LGBTQs, masculinidades, direito de pessoas trans e problematizando gêneros e gerações.

Esses dados apontam para necessidade de maior visibilidade e investimento em ações que visem a permanência, o combate à violência e o bem-estar da população LGBTQIAPN+ no ensino superior. Bruna Benevides (2024) evidencia que, diante do grande número de casos de violência contra pessoas LGBT+ em instituições de ensino, se faz urgente a adoção de medidas educativas e políticas pelas universidades para garantir a segurança, a dignidade e o direito à educação destes indivíduos. Louro (2022), aponta que as instituições de ensino negam e silenciam as formas de expressão e relacionamento que não sejam heterossexuais, reprimindo a diversidade e inviabilizando-a. Guimarães et al. (2023) afirmam que a invisibilização das questões de gênero e sexualidade no ensino superior indica que esta é uma temática não priorizada na formação, transparecendo a contradição entre os discursos sobre uma educação humanista, mas que, na prática acaba sendo demasiadamente tecnicista.

Os relatos de Machado e Marinho (2023); Almeida, Schritzmeyer e Rodrigues (2021); Passos et al. (2021); e Mendonça, Diniz e Maia (2021) salientam a importância dos projetos de extensão na aproximação com a comunidade, na transformação da realidade social, na promoção de diversidade e no enfrentamento à violência de gênero. Machado e Marinho (2023) consideram a sua participação um “divisor de águas” no que tange à emancipação, as vivências proporcionaram oportunidades de refletir criticamente sobre as realidades vividas e as questões de gênero e raça que as atravessam. Passos et al. (2021) afirmam que a iniciativa se demonstrou exitosa ao promover o debate acerca da temática que transpassa pela violência de gênero com adolescentes, assim como com os próprios acadêmicos. Almeida, Schritzmeyer e Rodrigues (2021) concluem que a experiência atingiu seu objetivo de promover o debate acerca de direitos humanos através do cinema. Afirmando que este se mostrou um recurso pedagógico potente e que favorece o diálogo e a informação. E Mendonça, Diniz e Maia (2021) demonstram que é preciso garantir a visibilidade e dignidade dos dissidentes, tal como as pessoas LGBTQIAPN+, que ainda enfrentam muito preconceito e discriminação. Afirmando que as atividades podem contribuir com a diminuição destas violências no ambiente acadêmico e fora dele.

Tais conclusões vão ao encontro do postulado por Antônio Severino (2016) que afirma que é através da extensão que o ensino superior amplifica sua dimensão política, aproximando a universidade da comunidade local e contribuindo com esta. A formação do estudante também deve inseri-lo na realidade social, deve fazê-lo refletir sobre o local em que vive e buscar soluções para as problemáticas percebidas. A formação superior não deve ter caráter apenas técnico-científico, mas deve formar cidadãos críticos, preparados para atuar em suas comunidades. Assim, a extensão é uma forma de devolver à sociedade os conhecimentos e inovações produzidos pela academia.

Quanto aos relatos de outros tipos de ações no ensino superior, tem-se dois trabalhos, um pelo escrito por Milena Avila, Raphael Feitosa e Felipe Santos (2020), que realizam o relato e refletem sobre a experiência da execução do Projeto PIBID - Programa Institucional de Iniciação à Docência - intitulado “Debatendo Sobre Diversidade Sexual: Educação Ambiental para Além da Gestão de Recursos Naturais”, que foi realizado por estudantes de vários cursos, entre eles Ciências Biológicas e Geografia, de uma universidade pública do Ceará, com os alunos do 2º ano de uma Escola Estadual de Educação Profissional de Fortaleza/CE. Os principais objetivos do projeto eram sensibilizar os estudantes acerca da diversidade sexual e de gênero, promover o exercício da cidadania e do respeito aos direitos humanos e contribuir para redução do preconceito e da intolerância, através de uma educação ambiental crítica. Contam que as atividades foram organizadas em duas horas-aula, utilizando de dinâmicas, debates e produção de fanzines. As temáticas abordadas foram: patriarcado, identidade de gênero e orientação sexual, estereótipo, preconceito, discriminação, transfobia e homofobia, entre outras. Os autores salientam sobre a viabilidade de se trabalhar gênero e diversidade na educação ambiental.

O segundo artigo sobre outras ações, de Janine Gomes e Graziela Rosa (2020), traz um relato de experiência e busca refletir sobre a prática e formação docente, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas por docentes e discentes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, na Universidade Federal do Rio Grande - FURG, na cidade de São Lourenço do Sul/RS. Tais ações visam o empoderamento feminino, compartilhamento de experiências e a prevenção da violência contra as mulheres. Discute as experiências sobre a realização do I Seminário das Mulheres do Campo e da Cidade de São Lourenço do Sul, em 2015, e do II Seminário das Mulheres do Campo e da Cidade de São Lourenço do Sul, em 2016, que ofereceram uma gama de atividades, tais como: palestras, oficinas, cine-debate, feiras, entre outras. Tais atividades eram abertas à

comunidade acadêmica interna e externa, tentando abarcar a diversidade local e dialogar como toda comunidade, pomeranas, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, pecuaristas, agricultoras familiares, agricultoras familiares agroecológicas, benzedeiras, mulheres da cadeia produtiva da pesca, mulheres de terreiro, entre outras. As autoras concluem que a universidade pode e deve contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas para mulheres, colaborar no enfrentamento da violência e para superar problemas enfrentados pelas mulheres do campo e da cidade.

Ambos autores, apesar das distintas áreas de trabalho, destacam a importância das atividades junto à comunidade e em como elas têm potencial para colaborar com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e com menos disparidade de gênero. Gomes e Rosa (2020) afirmam que estas mudanças podem ser realizadas através de uma educação engajada e comprometida com a realidade social na qual está inserida. Enquanto Avila, Feitosa e Santos (2020) salientam a importância de uma formação docente emancipatória, da construção de uma educação ambiental crítica-feminista e da experiência no PIBID como formadora de futuros educadores, que devem ser comprometidos com uma sociedade menos desigual.

O último artigo analisado se trata de uma pesquisa documental acerca de como a temática de gênero e sexualidade é tratada em projetos pedagógicos. Eduardo Guimarães, Iolete Silva, Isabel Ferreira e Angelo Esperança (2023) apresentam alguns dados preliminares de uma pesquisa mais abrangente intitulada “Os desafios da formação de professores na Amazônia para a promoção do direito à educação de pessoas LGBT”. Neste trabalho buscam identificar se e de que forma a temática de gênero e sexualidade é tratada em projetos pedagógicos de curso (PPCs) de 10 licenciaturas, cinco da Universidade do Estado do Amazonas e cinco da Universidade Federal do Amazonas, no ano de 2018. Os autores concluíram que as discussões da temática ainda são ínfimas na concepção dos cursos e em suas ementas, ocorrendo de forma pontual. Além disso, boa parte das ações mapeadas, tratam o tema unicamente a partir de um viés biológico. Os autores observaram que a formação de uma consciência crítica cidadã ocorre mais frequentemente nos cursos das áreas de ciências humanas e educação, tais como história, geografia, letras, língua portuguesa e pedagogia, do que nas áreas de exatas e de ciências da natureza, tais como matemática e ciências biológicas. O que reacende o debate acerca da necessidade de que tais questões sejam trabalhadas de forma transversal, interdisciplinar e integral dentro da universidade, por políticas institucionais que consigam atingir os mais variados setores e cursos da universidade. Avila, Feitosa e

Santos (2020) afirmam que a interdisciplinaridade é uma possibilidade emancipadora frente à atual fragmentação do conhecimento e pode representar uma alternativa às atuais práticas educativas compartmentadas. Assim como mencionado por Mendonça, Diniz e Maia (2021), sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como um componente importante para o aprendizado integral e para uma educação transformadora.

Muitos autores enfatizam a importância das experiências vividas nestes projetos para a formação acadêmica, profissional e pessoal não só para a comunidade atendida, mas também para a equipe executora, entre eles professores e estudantes (Avila, Feitosa e Santos, 2020; Machado e Marinho, 2023; Passos et al., 2021; Almeida, Schritzmeyer e Rodrigues, 2021; Mendonça, Diniz e Maia, 2021). Entre as contribuições mencionadas estão: promoção de uma consciência crítica cidadã, a formação de docentes para atuar com as temáticas relativas à diversidade, facilitação do amadurecimento quanto à temática, a construção de alternativas pedagogicamente mais adequadas a cada realidade para abordar tais temas, proporcionar a reflexão e a troca de experiências sobre temas tão complexos, possibilitar a integração e interdisciplinaridade entre distintas áreas do conhecimento, entre outras.

Apesar de toda potência e relevância do trabalho realizado através de projetos, sejam de ensino, pesquisa, extensão ou de outras iniciativas semelhantes, é preciso considerar, também, suas limitações. Conforme Guimarães et al., 2023, os debates sobre a temática dependem muito mais de interesses individuais e/ou de pequenos grupos do que de políticas institucionalizadas, o que seria o esperado para uma formação integral de profissionais e cidadãos que estejam preparados para trabalhar com a diversidade. Ainda é preciso muita pesquisa e investimento para que se consiga uma real formação crítica.

Diante dos resultados discutidos ao longo do texto pode-se notar que a maioria dos relatos trata de ações pontuais, majoritariamente projetos de extensão, que demonstram sua importância e capacidade de mudança social, mas que podem indicar ainda um outro déficit. Tais projetos, em geral, têm como público-alvo a comunidade externa, ainda que contem com discentes em suas equipes executoras. Sendo assim, pode-se inferir que ainda existe uma grande lacuna no que tange ao enfrentamento da violência de gênero dentro das próprias universidades. O baixo número de políticas institucionais e ações voltadas para a comunidade interna (discentes, docentes, técnico-administrativos em educação e funcionários terceirizados) indica que ainda há muito o que ser feito pelas instituições de ensino superior para a efetiva prevenção e enfrentamento da discriminação e da violência de gênero no meio acadêmico.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo principal levantar o que se tem publicado e debater acerca das ações e políticas institucionais de enfrentamento à violência de gênero nas universidades públicas brasileiras. Os resultados desta busca apontaram para a carência na produção científica acerca da temática, já que foram localizados, de acordo com os critérios estabelecidos, apenas oito artigos científicos sobre a temática nos últimos cinco anos.

Há consenso entre os trabalhos abordados de que é extremamente importante desenvolver programas, projetos e demais ações de enfrentamento à violência de gênero no ensino superior. Ainda que existam dificuldades e entraves, as experiências relatadas afirmam que foram positivas e efetivas para a promoção de diversidade, empoderamento e enfrentamento à violência. Muitas das pesquisas salientam a necessidade de que essas ações ocorram de forma ampla, integrada e continuada, tomando caráter institucional e que não sejam pontuais e dependam unicamente da iniciativa de poucos sujeitos ou grupos. Para que o enfrentamento à violência de gênero seja eficiente é preciso que existam políticas permanentes e atuantes sobre o tema.

Com esta revisão sistemática de literatura, espera-se demonstrar a necessidade de ampliar o número de pesquisas e de publicações acerca das questões sobre a violência de gênero nas instituições públicas de ensino superior brasileiras, sendo que muitas destas já desenvolvem projetos e pesquisas sobre a temática, porém ainda há alguma dificuldade de extrapolar os muros da academia e socializar o conhecimento que é produzido, como foi apontado pelo pequeno número de artigos localizados nos bancos por este trabalho acerca da temática.

Além disso, espera-se incentivar a criação e desenvolvimento de ações e políticas institucionais de enfrentamento à violência de gênero nas universidades, visto que os casos de violência ocorrem no cotidiano acadêmico, como demonstrado por diversas pesquisas, e é necessário criar uma rede de prevenção e proteção a toda comunidade acadêmica. Além da produção de conhecimento, é preciso que as instituições de ensino estejam atentas para a dignidade, segurança, bem-estar, qualidade de vida e saúde mental dos seus membros, sejam eles discentes, docentes, técnicos-administrativos em educação, terceirizados ou mesmo comunidade externa. É preciso criar estratégias amplas e integradas que assegurem os direitos individuais e coletivos, através da prevenção da

violência, conscientização, criação de um ambiente seguro e propagação da informação, assim como através do acolhimento e acompanhamento das pessoas envolvidas em situação de violência e, também, por meio da responsabilização dos perpetradores de tais violações.

Referências

ALMEIDA, Gabriela Perissinotto de; SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore; RODRIGUES, Carmem Lúcia. Cinema e direitos humanos (das mulheres): sentir e pensar potencializados. *Revista Direito e Práxis*. [S.L.], v. 12, n. 4, p. 2876-2898, dez. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2021/62915>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/62915>. Acesso em: 1 maio 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES. *V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES*. 5. ed. Brasília: ANDIFES, 2019. 318 p. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2024

AVILA, Milena Aires de; FEITOSA, Raphael Alves; SANTOS, Felipe Ramon. Gênero e Diversidade Sexual na Educação Ambiental: (re)visitando experiências de um pibid interdisciplinar de educação ambiental. *Diversidade e Educação*, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 438-466, 15 jan. 2021. Lepidus Tecnologia. <http://dx.doi.org/10.14295/de.v8i2.11974>. Acesso em: 01 abr. 2024.

BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero [recurso eletrônico]*: feminismo e subversão da identidade. 16 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Disponível em https://cursoextensao.usp.br/pluginfile.php/869762/mod_resource/content/0/Judith%20Butler-Problemas%20de-g%C3%A3AAnero.Feminismo%20e%20subvers%C3%A3o-da%20identidade-Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira-%202018.pdf. Acesso em 08 ago. 2024.

COSTA, Angelo Brandelli; ZOLTWOSKI, Ana Paula Couto. Como Escrever um Artigo de Revisão Sistemática. In: KOLLER, Sílvia H; COUTO, Maria Clara P. de Paula; VON HOHENDORFF, Jean (org.). *Manual de Produção Científica*. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 61-66. Disponível em: <https://pergamum.unipampa.edu.br/acervo/5034097>. Acesso em: 01 abr. 2024.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GOMES, Janine Corrêa; ROSA, Graziela Rinaldi da. Trabalhando as relações de gênero e as histórias das mulheres nas práticas docentes. *Revista Brasileira de Educação do Campo*. Tocantinópolis, v. 5, n. 1, p. 1-21, 31 mar. 2020. Universidade Federal do Tocantins. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e3328>. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/3328>. Acesso em: 1 maio 2024.

GUIMARÃES, Eduardo Barbosa de Menezes; SILVA, Iolete Ribeiro da; FERREIRA, Isabel Cristina Fernandes; ESPERANÇA, Angelo Cabral. Projetos Pedagógicos de Curso em Análise: gênero e sexualidade na formação docente. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 39, n. 1, p. 1-22, 02 fev. 2023. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469841675>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/41675>. Acesso em: 1 maio 2024.

MACHADO, Rita de Cássia Fraga; MARINHO, Hemily Pastanas. “Clube das Manas Tefé”. *Revista de Educação Popular*. [S.L.], v. 22, n. 1, p. 299-315, 28 abr. 2023. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. <http://dx.doi.org/10.14393/rep-2023-65717>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/65717>. Acesso em: 1 maio 2024.

MENDONÇA, Felipe Viero Kolinski Machado; DINIZ, Margareth; MAIA, Marta Regina. Gênero e sexualidades no contexto da universidade pública. *Revista Internacional de Educação Superior*. [S.L.], v. 7, p. 1-17, 25 jul. 2020. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/riesup.v7i0.8659104>. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/13395>. Acesso em: 1 maio 2024.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. p. 7-42. Disponível em: <https://pergammum.unipampa.edu.br/acervo/5034608>. Acesso em: 07 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Resolução nº 48/104, de 20 de dezembro de 1993. *Declaração Sobre A Eliminação da Violência Contra As Mulheres*. 85ª sessão plenária. Nova Iorque: ONU, 1993. Disponível em: <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/declaracaoviolenciamulheres.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2024.

PASSOS, Carlos Eduardo Benevides; SANTOS FILHO, Efraim Ricardo Souza; CRUZ JUNIOR, Gilvan Rodrigues da; SANTOS, Mariana Brandt Fernandes; SOUSA, Patrick Leão Carvalho de; GONÇALVES, Thainá da Costa Santos; MELO, Rosana Alves de. As Diversas Faces da Violência no Namoro: um relato da experiência de discentes de enfermagem com adolescentes escolares. *REVASF*. Petrolina, p. 571-592, ago. 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revASF/article/view/1098>. Acesso em: 1 maio 2024.

PISANI, Mariane da Silva *et al.* *Violências de gênero*: como identificar, quando e onde pedir socorro. Teresina: Universidade Federal do Piauí – UFPI, 2023. Disponível em:

https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/2024/CARTILHA_Viol%C3%A3ncias_de_g%C3%A3nero_4.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

SARTORI, Thiago Luiz; PEREIRA, Bruno Gomes. Eu Não Vou Me Calar: suspensão de cotas para pessoas trans no ensino superior e o silenciamento das discussões sobre gênero. *Diversidade e Educação*. [S.L.], v. 11, n. 1, p. 986-1004, 30 ago. 2023. Lepidus Tecnologia. <http://dx.doi.org/10.14295/de.v11i1.15244>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/15244>. Acesso em: 1 maio 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2016.

Recebido em dezembro de 2024.

Aprovado em maio de 2025.

